

TESOUROS DA BIBLIOTECA GERAL
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



TESOUROS DA BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Coordenação: A. E. Maia do Amaral

A. E. Maia do Amaral, Alexandre Ramires, António Filipe Pimentel, António José Leonardo, Carlos Fiolhais, Décio Ruivo Martins,
Flávio Pinho, Iuliana Gonçalves, João Carlos Marques, Maria da Graça Pericão, Saul António Gomes



Título: Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Coordenação: A. E. Maia do Amaral

Textos: A. E. Maia do Amaral | Alexandre Ramires | António Filipe Pimentel | António José Leonardo | Carlos Fiolhais |
Décio Ruivo Martins | Flávio Pinho | Iuliana Gonçalves | João Carlos Marques | Maria da Graça Pericão | Saul António Gomes

Fotografia: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra | Alexandre Ramires | Arquivo da Universidade de Coimbra | Candida Hofer |
João Armando Ribeiro | José Pessoa (Divisão de Documentação Fotográfica - Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.) |
Paulo Mendes | Varella Pécurto (Gabinete de Comunicação e Imagem da Universidade de Coimbra)

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra | Email: imprensauc@ci.uc.pt | URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc |
Vendas online: <http://siglv.uc.pt/imprensa>

Coordenação editorial: Medialivros, S.A.

Design: Paulo Emiliano

Revisão: Benedita Rolo | Carla Rosa - Imprensa da Universidade de Coimbra

Pré-impressão: Multitipo - Artes Gráficas, Lda | Carlos Costa - Imprensa da Universidade de Coimbra

Impressão e acabamento: Sereer, Soluções Editoriais

ISBN: 978-989-26-0015-4

ISBN Digital: 978-989-26-0171-7

Depósito legal: 302246/09

Obra publicada com o apoio de



“Uma coroa na testa da cidade” : a Biblioteca Geral, passado e futuro

Carlos Fiolhais

7

A Biblioteca da Universidade e os seus espaços

António Filipe Pimentel

11

Bibliotecas eruditas e espólios literários e científicos

A. E. Maia do Amaral

23

Fundos musicais: uma breve apresentação

Flávio Pinho

29

Manuscritos medievais iluminados e fragmentos

Saul António Gomes

41

Tipografia Quatrocentista e Quinhentista

Maria da Graça Pericão

73

Imprensa periódica portuguesa

Iuliana Filimon Barros Gonçalves

83

A imagem fotográfica na Biblioteca da Universidade

Alexandre Ramires

99

O Instituto de Coimbra: breve história de uma academia científica, literária e artística

António José Leonardo | Décio Ruivo Martins | Carlos Fiolhais

115

Marcas bibliográficas da “Livreria da Universidade” (sécs. XVI-XXI)

A. E. Maia do Amaral

127

A BGUC e as bibliotecas da Universidade de Coimbra

Carlos Fiolhais | João Carlos Marques

133

Abstract

141

A Biblioteca da Universidade e os seus espaços

António Filipe Pimentel

Professor do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra



organismo que hoje designamos de Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra — isto é, a biblioteca central da instituição, entre as múltiplas que se alojam por faculdades, departamentos e institutos — inauguraria publicamente essa designação em simultâneo com o novo edifício, começado a erguer em 1949, segundo planos de Alberto José Pessoa, riscados em harmonia com o programa geral concebido por Cotinelli Telmo para a nova *cidade universitária*, que então nascia no secular *ninho de águia* do Saber: um complexo escolar, grandiloquo e retórico, buscando organizar as áreas disciplinares no espaço (exíguo) disponível e que uma via triunfal axializava, entre as *escadas monumentais* e a Porta Férrea — esta, por seu turno, antigo ingresso triunfal no recinto histórico do palácio escolar —, por esse modo outorgando à magna empresa de revitalização da mais emblemática das instituições de ensino superior um valor icónico que a todos (Escola e Estado) inquestionavelmente lisonjeava e a que a enfática presença da escultura emprestaria a indispensável tonalidade épica.

O solo donde haveria de brotar o novo edifício biblioteconómico (necessidade ingente da instituição) fora, aliás, consagrado há muito ao serviço de Minerva: desde os *Estudos Velhos* da universidade medieval, aí abrigados ao muro protector da moradia régia; à efémera *universidade coimbrã* que, sob os auspícios do infante D. Pedro — ou, mais particularmente, de D. Afonso V —, lhes sucederia na segunda metade de Quatrocentos; ou ao Colégio Real de São Paulo, da iniciativa do ilustre reitor Frei Diogo de Murça, todos haviam ocupado a mesma terra. Ultimamente, fora a vez da recém-criada Faculdade de Letras, em cuja intenção José da Silva Pinto, o arquitecto universitário de então, conceberia, em 1913, um edifício amplo, num classicismo ecléctico *Beaux Arts*, que, em frustrado equilíbrio, haveria de marcar por trinta anos, com ênfase burguesa, a então designada Alameda de Camões: entre o casario desarrumado do morro de castelo, a mole ancestral do Paço das Escolas e o modesto jardim que lhe fazia frente, centrado em memória afectiva ao (desde então) titular do arruamento, da iniciativa da academia de 1880.

Erguida, aliás, em solidariedade com o Arquivo, cujas obras arrancariam em 1943 e com o qual viria a constituir um volume unitário, definindo um quarteirão, a Biblioteca Geral resultaria, fundamentalmente, de uma hábil reformulação do edifício original das Letras (mais visível no corpo posterior), de cujo saguão de escadarias, de resto, beneficia em nossos dias a sala de leitura. Operação norteada (ainda que em registo mitigado, em relação ao programa, mais severo, original) pelos objectivos de classicismo monumental que enformariam a *ideia* de Continelli para a acrópole escolar. Desse modo, pois e com tal desígnio, um jogo austero de pilastras, insertas entre amplas fenestraçãoes e enquadrando seis baixos-relevos do escultor Angélico, alusivos aos ramos da ciência (Biologia, Física, Matemática, Lógica, Gramática e Ética), suportaria um ático imponente, marcando o ritmo do alçado e configurando um pórtico, retoricamente escoltado, a um e outro lado, pelos dois grupos de estátuas de António Duarte, representativas das Artes Liberais. Mais *funcional*, no desenho geral como nos equipamentos, a sala de leitura, a que se acede pelo átrio que prolonga o classicismo depurado do exterior, orna-se de um importante painel cerâmico de Jorge Barradas, que defende a entrada e, frente às imensas janelas sobreviventes da escadaria antiga, sustenta, em hábil composição, um dos felizes trechos do edifício: a galeria superior, em ferradura, suavemente pousada sobre uma colunata límpida de fustes lisos.

Antes, contudo, que o seu acervo, então de sete centenas de milhar de volumes (a que acrescia ainda outra dezena de milhar de folhetos e manuscritos) impusesse a adaptação, em sua intenção, da Faculdade de Letras (por seu turno objecto de um projecto *ad hoc*, elaborado pelo mesmo arquitecto, em contraposto, para o espaço até aí ocupado pelo jardim fronteiro), a livraria universitária havia percorrido um caminho sinuoso e longo: desde a sua constituição documentada, no decurso do século xv, quando da última permanência em Lisboa dos *Estudos Gerais* — e onde se sabe ser ela constituída, em 1513, após a incorporação do importante legado do lente canonista Diogo Lopes, por cento e vinte e oito volumes, tomos que a corporação instalaria, no edifício novo, que D. Manuel I lhe havia oferecido, em vinte e quatro estantes acomodadas

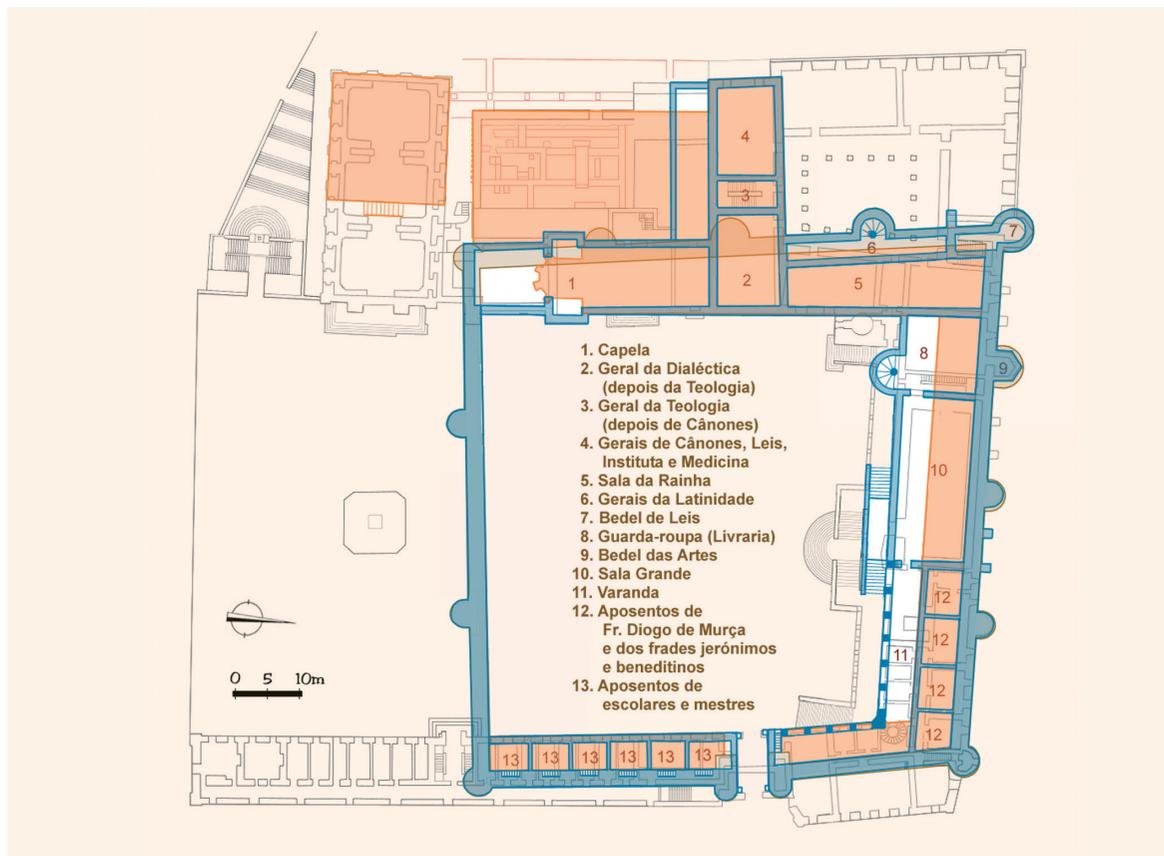
BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Fachada da Biblioteca Joanina captada cerca de 1880 pela "Photographia Conimbricense" de J. M. dos Santos

Fachada da Biblioteca Geral, fotografada por Varela Pécuro, em 1988





Planta do piso principal do Paço das Escolas após 1544 (António Filipe Pimentel - *A Morada da Sabedoria. I: o Paço Real de Coimbra: das origens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra, Almedina, 2006).

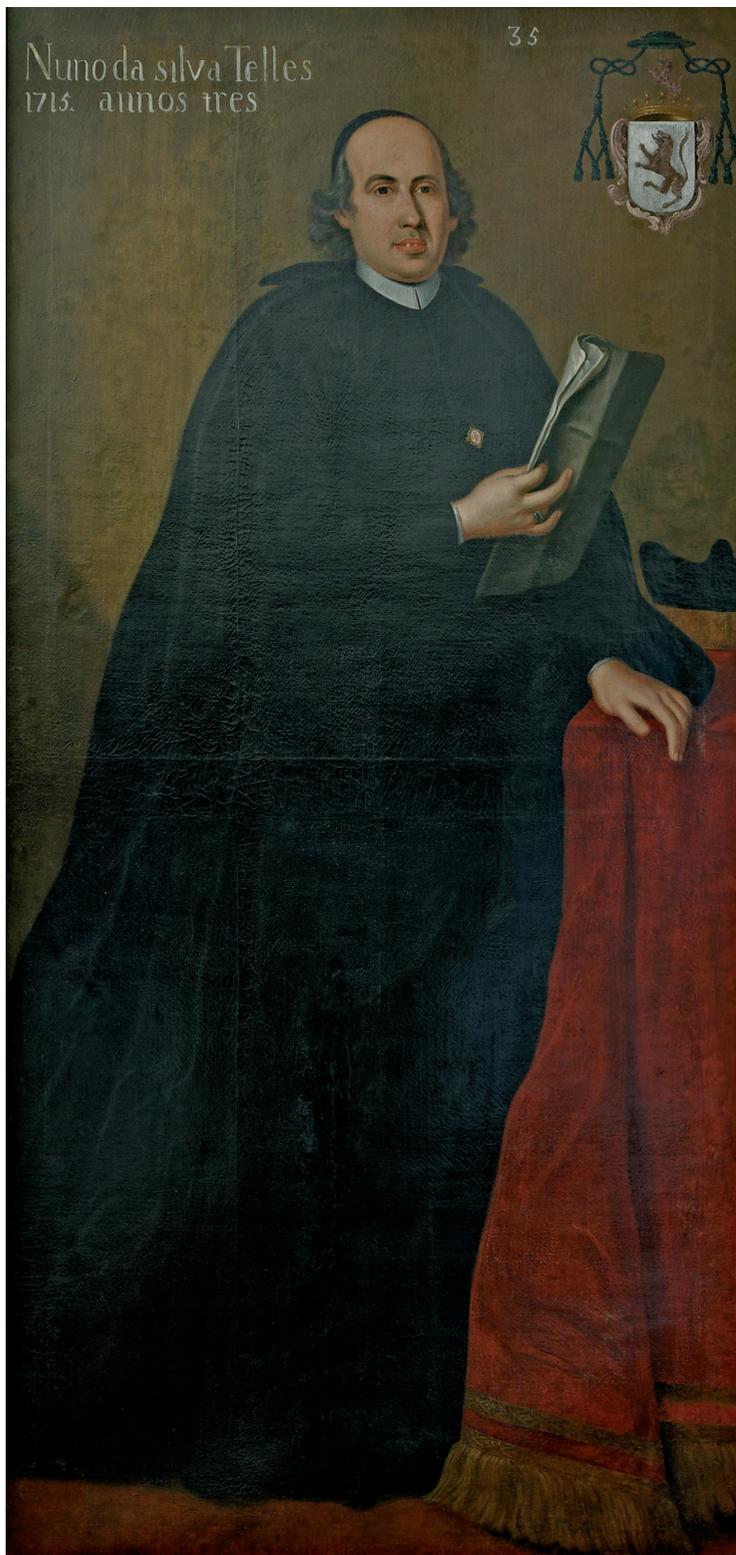
numa casa térrea. E é esse pequeno acervo, com efeito, que a transferência da Escola faz transitar para Coimbra, onde, em 1548, na prela-tura de Frei Diogo de Murça, se abre enfim a *livraria pública*, na antiga guarda-roupa do Paço Real (adjacente à *sala grande*, já por então apoda-da *dos actos*). Dependência com esse fito provida de estantes, cadeiras e varões — ao uso de então, dos livros *cadentatus* — e cuja guardaria seria confiada a Fernão Lopes Castanheda, historiador e também bedel das Artes. E sabe-se que em 1554 seria ainda enriquecida com o espólio do alemão Fábio Arcas, lente de Leis.

Mas não sobreviveria ao reitorado de Diogo de Murça (findo nesse ano de 54) a utopia renascentista da *livraria pública*, que já não deveria mesmo existir enquanto tal quando, em 59, morre Castanheda. De facto, num quadro pedagógico assente no uso do compêndio como fonte de autoridade e doutrina, e num quadro conjuntural definido pela submissão progressiva aos valores da Reforma Católica, a *livraria* deixara de configurar-se como valor estratégico da universidade, a despeito de alguns esforços pontuais de investimento na expansão do seu acervo e de os sucessivos Estatutos insistirem, por todo o século XVII (mas mais por tradição textual do que por genuíno imperativo doutrinário), na sua abertura pública. Desse modo, por todo o longo período que se segue e enquanto a designada *Segunda Escolástica* se

convertia na mola central da projecção internacional da universida-de, seria nos colégios universitários (onde se alojavam e estudavam os professores e autores dos compêndios, como no de Jesus ou no de São Pedro, adjacente ao próprio Paço) que floresceriam as grandes livrarias. Quanto à da Escola e a despeito de, logo em 1609, após a

Sobreporta da antiga *Casa da Livraria*, esculpida por Claude de Laprade, em 1701-1702





O Reitor D. Nuno da Silva Teles (II)

aquisição pela Universidade do velho Paço Real e no quadro de um ambicionado projecto de reestruturação dos *gerais* (mas não viabilizado), se prever a organização da *casa da livraria* no que servia então à Teologia, sobreviveria, por toda a centúria, no plano meramente formal, sofrendo com o tempo contínuas perdas do seu magro espólio, a despeito de uma ou outra incorporação com que se tentava, sem grande entusiasmo, contrariar essa tendência e fazer cumprir os Estatutos.

Efectivamente, será somente nos finais do século, quando, em 1696/1702, se empreende enfim — na ala poente do palácio e sobre o que haviam sido os aposentos da Rainha — a edificação de um corpo coerente de *gerais*, que se assiste à consagração (ainda com recurso à *guarda-roupa*) da existência formal de uma casa da livraria, abrindo sobre o vestíbulo, como atesta a decoração da respectiva sobreporta. Porém, ao intervirem na estrutura de um edifício então já velho de setecentos anos, as obras de edificação do novo corpo haveriam de provocar sérios danos na própria sala destinada a biblioteca, a ponto de os livros terem de ser recolhidos ao cartório, no piso superior, onde ficariam durante os anos iniciais do século XVIII. E é neste contexto que o prelado universitário, Nuno da Silva Teles (II), se dirige a D. João V, em 1716 e, expondo ao Rei o prejuízo que resultava de não ter a Escola sala capaz para uma boa livraria (e recordando os Estatutos), dele obtém, em 31 de Outubro desse ano, a necessária autorização régia para a organização de uma nova biblioteca. Com a resposta do monarca teria início a edificação daquela que ficaria conhecida como a *Biblioteca Joanina*, um dos mais fascinantes produtos engendrados pelo barroco europeu — mas é também aqui que, em certo sentido, começa a história do que hoje designamos de Biblioteca Geral da Universidade.

Na verdade, a resposta do monarca transcendia, por uma vez, amplamente o desígnio do reitor: o qual visava, essencialmente, obter a necessária autorização real para a realização de obras na dependência arruinada, ou noutra que fosse reputada mais capaz a tal destino. Em seu lugar, contudo, ordenava o Rei que se encontrasse, no terreiro escolar, local para edifício adequado, do mesmo passo que determinava a aquisição, em sua intenção, da biblioteca particular de Francisco Barreto, entretanto falecido: por esse modo desvendando a intenção de reconfigurar em novos moldes (desde logo no que respeita ao espólio) a antiga biblioteca universitária. Esta a razão porque, ocupado pelas dependências escolares e pelo Colégio de São Pedro todo o recinto da antiga moradia régia, viria a escolher-se uma localização então exterior ao perímetro muralhado original e onde era possível tirar partido de infra-estruturas já edificadas, em concreto os restos arruinados do antigo cárcere palatino, construído em finais do século

Dois tectos da Biblioteca Joanina





xv, no tempo de D. João I. E por tal motivo a nova *casa da livraria* se configuraria como uma edificação de acentuada verticalidade, fundamental para vencer o elevado desnível, fazendo assentar, sobre o piso térreo onde se englobavam os restos da antiga cadeia e destinado a armazéns, um andar intermédio concebido como suporte do superior e albergando os gabinetes dos professores e abrindo as salas públicas ao nível do pátio — o qual, por sua vez e por força da edificação da biblioteca, seria prolongado em mais de um terço, no quadro de uma empresa de enorme envergadura, que imporia também a organização de uma nova serventia, pelo lado sul: as *escadas de Minerva*, em substituição de outras que a construção da biblioteca obrigaria a destruir.

Os trabalhos de construção seriam empreendidos em 1717, sob a direcção de João Carvalho Ferreira, mestre-de-obras da universidade, substituído, em virtude da emergência de dúvidas sobre a sua capacidade na interpretação da planta, por Gaspar Ferreira, inicialmente contratado para a realização das estantes e que viria a revelar-se artista capaz do ponto de vista técnico e dotado de especial sensibilidade no plano ornamental, essencial em obra desta natureza. A empreitada de pedraria ficaria concluída em 1722, altura, porém, em que já se haviam iniciado os trabalhos interiores de construção das estantes e demais carpintarias. Entretanto, ainda nesse ano eram contratados em Lisboa os pintores António Simões Ribeiro e Vicente Nunes para a decoração dos tectos, bem como o pintor-decorador Manuel da Silva, que deveria ornar as estantes de *chinoiseries*. Enquanto isso, bronzistas, latoeiros, vidraceiros e um sem-número de artistas e artífices eram paralelamente utilizados, nos mais diversos ofícios, destacando-se entre estes o italiano Francesco Realdino, estabelecido em Lisboa e contratado em 1725 para a realização dos seis sumptuosos bufetes ou mesas de leitura (obras-primas da marcenaria setecentista), realizados em madeiras preciosas e concluídos dois anos depois. A empresa seria dada por terminada em 1728, datando de 1724 o lançamento das *escadas de Minerva*, a que a construção da biblioteca havia obrigado.

Marco incontornável do barroco europeu e, em particular, da chamada *arte das bibliotecas* (que constitui, nele, fascinante capítulo); inquestionavelmente uma das bibliotecas mais sumptuosas alguma vez concebidas (“*la bibliothèqu* *la plus fastueuse que j’aie jamais vue*”, haveria de referir-se-lhe Germain Bazin), a *Biblioteca Joanina* ficaria, pelo tempo fora, como um ícone inultrapassável da universidade que lhe serve de escrínio e, para as centenas de milhar de visitantes que anualmente se comprazem na sua contemplação, como a *Biblioteca da Universidade* por antonomásia. De facto, franqueada a entrada, a sumptuosidade da concepção decorativa produz o mais veemente contraste com a sóbria elegância do exterior, que, todavia, complementa. Concebida com uma hábil simplicidade, o piso nobre seria, essencialmente, o produto

da repartição de um rectângulo em três rectângulos menores, intercomunicantes através de uma sequência de arcos que reproduzem, no seu esquema geral, o portal de acesso, desprovido das colunas, mas sobrepujado, de forma idêntica, de uma cartela heráldica coroada, albergando agora as insígnias das faculdades universitárias. Cada uma das salas reveste-se integralmente de altíssimas estantes, correndo a meia altura varandins de acesso às tabelas superiores, apoiados em pares de colunas piramidais invertidas, formando uma elegante e sinuosa cinta, que abraça todo o recinto e que oculta o acesso aos gabinetes privados de leitura, alojados sob as grandes janelas de iluminação das salas principais. Decoradas por Manuel da Silva, durante quarenta meses, entre 1723 e 1727, com motivos de *chinoiserie* minuciosamente aplicados a ouro, as estantes proporcionam unidade ao interior da biblioteca, quebrando a hipotética monotonia pela diversidade da coloração: sucessivamente verde, vermelha e negra. Outro tanto sucede com os tectos, da parceria de António Simões Ribeiro e Vicente Nunes, igualmente diversos sob o mesmo aparente esquema geral, bem como com os pavimentos, de pedra branca e cinza e com desenhos variados nas três salas, e mesmo com os esplêndidos bufetes de Francesco Realdino (em cuja execução trabalharia um número verdadeiramente impressionante de entalhadores e artífices diversos), definindo três pares, onde a similitude do esquema geral não oculta a diversidade das soluções formais que cada grupo propõe.

Mas a sumptuosidade geral do ambiente não distrai da evidente axialidade que presidiu à concepção do seu programa e constitui suporte de um discurso edificante que se aninha entre os seus ornatos, espreitando a cada canto do edifício. Na verdade, a sequência dos arcos comunicantes das três salas obriga, como na nave de uma igreja, a que a atenção se concentre no pólo oposto ao da entrada, onde, como num retábulo, se ostenta, enquadrado numa panóplia apoteótica de elementos heráldicos e alegóricos, o retrato do monarca patrocinador, D. João V, das mãos do saboiano Domenico Duprà. É todo um conjunto de tarjas e cartelas baliza um percurso minuciosamente codificado e destinado, desde logo, a exaltar o patrocínio régio à obra de edificação da nova e magnífica livraria universitária: do portal exterior onde, em caracteres latinos, se afirma que *Esta é a sede que a Augusta Coimbra deu aos livros, para que a biblioteca lhe coroe a frente*; aos tectos das três salas — figurando, no primeiro, a própria biblioteca, recebendo o seu saber das quatro partes do mundo; no segundo a universidade, cercada dos atributos que a devem rodear na sua missão, e no terceiro ela ainda, enquanto síntese do conhecimento universal (Enciclopédia); ao trajecto definido pela sequência heráldica das insígnias coroadas das faculdades universitárias, que replicam numa e noutra face dos arcos interiores o esquema do portal de acesso, rematando sobre o retrato do monarca e sublinhando, simbolicamente, o que sob a sua efigie se proclama: *O retrato régio que contemplas está na tua frente como*

um espelho: nesse espelho vê-se tudo o que este palácio contém. E tudo o que de majestoso ostenta realizou-o João Quinto. Viva eterna a obra juntamente com o príncipe.

Com efeito, não são apenas a voluptuosa riqueza do programa decorativo da *casa da livraria*, o seu cosmopolitismo de *gabinete chinês* ou o seu evidente carácter palaciano que imediatamente ligam semelhante empresa à pessoa do soberano: é, sobretudo, o programa cultural em que se inscreve e em cujo âmbito encontra justificação o próprio investimento estético (e financeiro) feito na sua construção. De facto, do empreendimento da biblioteca universitária não podem desligar-se, seja a decisão inicial de adquirir em sua intenção o acervo livresco de Francisco Barreto, seja a sua articulação com outros núcleos bibliográficos de iniciativa régia — como Mafra, as Necessidades e a Livraria Real —, todos eles articulados com projectos de renovação das bases do saber e do ensino e que configuram, com o de Coimbra, um significativo quadrilátero estratégico. Processo este apenas compreensível no quadro do *Iluminismo Católico* e onde, por via da importância outorgada agora à *filosofia experimental* no apetrechamento dessas livrarias, se buscava concretizar o ideal sincrético da *harmonia da razão e da religião* (como exemplarmente sintetizaria, em obra homónima, o oratoriano padre Teodoro de Almeida). Assim, pois, *universidade central* como era — para todo o Reino e no espaço imperial —, Coimbra não poderia deixar de ser abrangida pelo programa régio de renovação, a que o pedido do reitor, motivado pela ruína da velha *casa da livraria*, forneceria, de súbito, o pretexto azado: e tal explica a participação, no seu apetrechamento e desenho epistemológico, de personalidades-chave para o processo de penetração do iluminismo em Portugal, como o seriam o primeiro-ministro, cardeal da Mota, o grande diplomata D. Luís da Cunha, o médico e judeu, exilado em Londres, Jacob de Castro Sarmiento, ou o seu ilustre colega e também judeu, António Nunes Ribeiro Sanches.

Mas é tudo isso que explica também, por parte do monarca, o investimento estético no *décor* das bibliotecas: e em particular, justamente, no caso coimbrão. De facto, agindo sobre uma instituição corporativa de raiz medieval, como a universidade, o êxito da intervenção régia dependia em grande parte da sua própria capacidade de afirmação; isto é, da força que fosse capaz de demonstrar. Numa sociedade barroca, contudo, dependia também da sua eloquência; isto é, da capacidade que tivesse de organizar um discurso, de construir as respectivas imagens e de com elas seduzir. E será essa a missão da livraria: impor à velha escola, entrincheirada no seu discurso escolástico, apoiado na matriz católica e contra-reformista do sistema, sob o selo inquestionável do poder real, uma nova *oratio sapientiae* — grandiosa e arrebatadora mas, sobretudo, demonstrativa da ambicionada *harmonia da razão e da religião*. Daí a importância de que a nova construção se revestiria para a Coroa e que faria converter uma dependência aparentemente utilitária num *palácio*, reflexo da majestade régia de

que constituía emanação; mas também, num país onde a união de religião e política configurava um verdadeiro modelo ideológico, num *templo*, onde a liturgia da ciência se confundia (e disso retirava a sua força) com a própria liturgia do poder, como exemplarmente exprimem as insígnias coroadas das faculdades universitárias.

E seria esta complexa realidade que faria converter a biblioteca de Coimbra numa biblioteca-falante, veículo de um discurso apolo-gético do príncipe e do seu projecto *esclarecido*. Mas que não deixaria de ser confrontado com a resistência das forças conservadoras, que se entrincheiravam na própria universidade, como cidadela do saber tradicional. Nesse sentido, a renovação promovida pelo Rei frustrar-se-ia em grande parte, e, de facto, uma vez concluída, em 1728, embora os novos livros fossem chegando com regularidade, em especial nos primeiros tempos a Escola faria dilatar o momento de lhe franquear o acesso, e ainda em 1750, nas vésperas da morte do monarca, um documento régio aludia à necessidade de *fazer-se pública a livraria e criarem-se os ofícios para ela*.

Mas é certo que a semente frutificaria. E, vinte anos volvidos, em 1772, a universidade rendia-se, finalmente, aos ventos da *ilustração*, uma vez mais por imposição real, agora de D. José I e do seu ministro todopoderoso, Pombal. Considerada acanhada, então, para os novos objectivos da reforma pombalina e do seu desígnio de impor à Escola uma *nova fundação*, a Biblioteca Joanina chegaria a ser incorporada, no quadro de um projecto ideal, nunca realizado, num novo complexo biblioteconómico, que, destruindo a antiga capela universitária, de origem medieval, propunha a edificação de um novo templo, axializando uma nova livraria (*Josefina*), que se ergueria em absoluta simetria e absoluta similitude formal com a precedente, uniformizado o conjunto através de um novo alçado, enfatizado pelo portal nobre, que permitia aceder ao vestíbulo distribuidor da nova capela e das duas bibliotecas.

Era uma vez mais e ainda a *harmonia da razão e da religião* que deste modo se ilustrava — mesmo no novo quadro racionalista do despotismo esclarecido. Razões económicas ou pragmáticas impediram que este programa se realizasse (em fim de contas, actualizado embora nas suas premissas científicas, era, uma vez mais, de um ensino codificado e assente no valor do compêndio de que se curava). E com isso se salvaria a elegante fachada da casa da livraria universitária: *la bibliothèquie la plus fastueuse jamais vue*. A qual atravessaria, afinal, todo este longo período, fechada e silenciosa, como um sumptuoso adorno que a velha universidade mostrava com orgulho aos visitantes, mas cujas chaves guardava silenciosamente dos olhares profanos.

Até que, em 1777, seria finalmente nomeado o primeiro bibliotecário, na pessoa de António Ribeiro dos Santos (o homem a quem se deve a mais arguta afirmação sobre o próprio Pombal e o seu siste-





Pormenores dos ornamentos das estantes do piso superior
Urnas com flores na balaustrada e almofada com *chinoiserie* nos painéis laterais

ma de despotismo esclarecido — a de que pretendia um paradoxo: *civilizar o reino e fazê-lo escravo*). Mas a extinção das ordens religiosas (das quais, na maior parte, dependiam os antigos colégios universitários) e a desamortização dos seus haveres, levada a cabo em 1834, projectaria na posse da universidade o espólio das suas ricas bibliotecas: por essa via multiplicando por diversas vezes o acervo livresco da *Joanina* e gerando, por todo o século XIX, gravíssimos problemas de armazenamento aos gestores da velha e sumptuosa *casa da livraria*: ao mesmo tempo que o novo sistema de ensino universitário (tornando cada vez mais operativo o recurso às bibliotecas escolares) gerava sobre o antigo instituto joanino uma pressão crescente que importava enquadrar.

Esta a razão da decisão de fazer erguer, nas suas imediações, nas traseiras da capela, uma *nova sala de leitura* (dotada de depósitos) que começaria a edificar-se a partir de 1913, sob a direcção do mesmo Silva Pinto a quem, paralelamente, se encomendavam os planos da Faculdade de

Letras, cujo casco ainda parcialmente sobrevive na sua transfiguração, por Alberto José Pessoa, em *Biblioteca Geral*: e que subsistiria até inícios da década de 1960, quando a existência de um edifício novo, moderno e funcional, ditou a pertinência da sua demolição.

E desde então, na verdade, a *Biblioteca Joanina* voltaria a recortar-se, solitária, no terreiro do palácio universitário, com o seu espólio precioso — que aos actuais leitores é facultado no edifício *Geral* — como um ícone da Escola que a abriga e cuja história secular (nas suas relações com o poder, o saber e os livros) ajuda a evocar. Mas, sobretudo, a compreender e integrar. Dela fornecendo, em fim de contas, a quem a demanda, uma imagem mítica e em tudo singular, que seria pouco sábio perturbar.

BIBLIOGRAFIA

- ANACLETO, Regina; Policarpo, Isabel Ponce de Leão - “O arquitecto Silva Pinto e a Universidade de Coimbra”. *Universidade(s). História, memória, perspectivas*, Actas, vol. 2, Coimbra, 1991
- AZEVEDO, Carlos de - “Some Portuguese libraries”. *The Connoisseur Year Book*, London, 1956
- BANDEIRA, J. Ramos - *Universidade de Coimbra. Tomo I : Edifícios do corpo central e Casa dos Melos*. Coimbra: [s.n.], 1943 (Gráfica de Coimbra)
- BAZIN, Germain - “La bibliothèque la plus fastueuse que j’aie jamais vue”. *Connaissance des Arts*, Paris, n° 100, 1960

- DIAS, Pedro; Gonçalves, António Nogueira - *O património artístico da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1990
- MASSON, André - *Le décor des bibliothèques*. Gênevê : Skira, 1972
- PIMENTEL, António Filipe - *A morada da sabedoria. I : O Paço Real de Coimbra: das origens ao estabelecimento da Universidade*. Coimbra : Almedina, 2006
- PIMENTEL, António Filipe - “Bibliotecas”. Pereira, José Fernandes (dir.), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa : Presença, 1989
- PIMENTEL, António Filipe - “Cidade do Saber-Cidade do Poder : a arquitectura da Reforma”, Araújo, Ana Cristina (dir.), *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra : Imprensa da Universidade, 2000
- PIMENTEL, António Filipe - “Manuel da Silva e a difusão do barroco nas Beiras”, *Oficinas Regionais, Actas do VI Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte*, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Tomar, Tomar, 1996
- PIMENTEL, António Filipe - “O gosto oriental na obra das estantes da Casa da Livraria da Universidade de Coimbra”, *Portugal e Espanha entre a Europa e Além-Mar*. Coimbra: Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, 1988
- PIMENTEL, António Filipe - “Uma empresa esclarecida: a Biblioteca Joanina”, *Monumentos*, Lisboa, n° 8, Março 1998
- ROSMANINHO, Nuno - “A cidade universitária de Coimbra no Estado Novo: o espaço disponível”, *Monumentos*, Lisboa, n° 8, Março, 1998
- ROSMANINHO, Nuno - *O Poder da arte : o Estado Novo e a cidade universitária de Coimbra*. Porto : Porto Editora, 2001

Projecto de duplicação da Biblioteca Joanina com a construção de uma Biblioteca “Josefina” (Cota Ms. 3377/46)

